

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Jornal do Brasil*

Class.: *01*

Data: *19.08.87*

Pg.: _____

Polícia Federal só encontra corpos de índios em Roraima

BRASÍLIA — A Polícia Federal informou que, até agora, foram encontrados, os corpos de quatro índios ianomâmis (três deles enterrados) mortos no conflito com garimpeiros no sábado, na serra Couto de Magalhães, em Roraima. A Polícia Federal afirma que não há registro de mortes entre garimpeiros, ao contrário do que noticiou a imprensa. A Polícia Federal mantém na área uma equipe composta de um delegado, dois peritos, três agentes e um escrivão, a situação no momento é de paz.

O presidente da Funai, Romero Juca Filho, ao contrário da Polícia Federal, informa que, além dos quatro ianomâmis teriam morrido pelo menos quatro garimpeiros. O conflito, segundo a Funai, começou depois que os garimpeiros atacaram os índios, que contra-atacaram matando os garimpeiros.

A Polícia Federal rebateu ontem a acusação formulada pelo sindicato dos garimpeiros local de que, ao divulgar mortes apenas entre os índios, estaria sendo manipulada pelo bispo de Boa Vista, Aldo Mongiano. "A Polícia Federal trabalha com a realidade e não se deixa manipular por ninguém", declarou o porta-voz Paulo Marra.

Subprocurador defende bispo

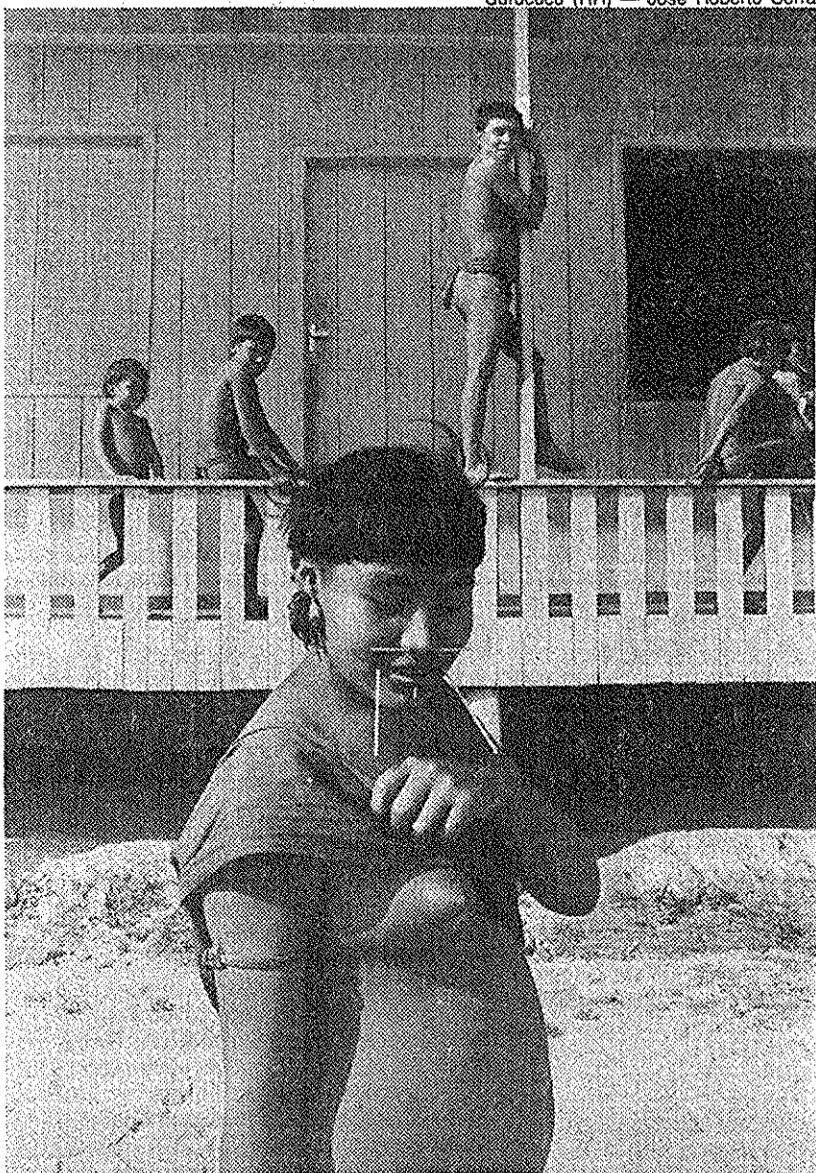
O subprocurador-geral da República, Cláudio Fontelles, faz uma veemente defesa do bispo de Boa Vista, dom Aldo Mongiano, e do trabalho da Igreja católica em Roraima, no relatório que vai apresentar ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), a propósito da prisão de 19 índios macuxis pelas forças de segurança do Território. O episódio ocorreu no município de Normandia (RR), no final de junho, e o bispo foi acusado por funcionários do governo do Território de incitar uma ação violenta dos índios macuxis.

O subprocurador Fontelles constatou que, de fato, três agentes de segurança da empresa Sacopã contratados pelo proprietário da Fazenda Guanabara, Newton Tavares, foram mantidos em cárcere privado pelos índios da matoca (aldeia) Santa Cruz, que fica em área reivindicada pelo fazendeiro. De acordo com Fontelles, no entanto, o cárcere privado é um crime em conexão com a disputa de terras — o que o leva à área de atuação do Departamento de Polícia Federal — e não à da Secretaria de Segurança de Roraima, que efetuou a prisão dos índios.

Fontelles constatou — de acordo com seu relatório — que houve violência policial durante a "operação resgate" dos agentes de segurança. "Há lesões corporais positivadas em um índio e uma índia, em estado de gravidez, quando da operação resgate, comandada pelo secretário de Segurança Pública, pessoalmente", informa o subprocurador. Ele atribui a atitude dos índios à "inércia da administração" em resolver o litígio de terras.

O subprocurador preparou seu relatório com base em dois dias de entrevistas que teve em Roraima, com o secretário de Segurança, o governador do Território, o delegado da Polícia Federal, advogados, juizes, o bispo e padres, índios macuxis pecuaristas. "A ação da Igreja católica é de nítido conteúdo evangelizador", afirma, eximindo o bispo Mongiano da acusações.

Surucucu (RR) — José Roberto Serra



Os ianomâmis podem ganhar 13 milhões de hectares

Senador acusa mineradoras

O senador Severo Gomes (PMDB-SP), autor do projeto que cria o Parque Ianomami, classificou como "a maior canalhice dos últimos tempos" a série de denúncias contra a criação do parque, no território de Roraima, fronteira do Brasil com a Venezuela. Ele atribuiu as denúncias "à grande ambição das mineradoras, lideradas pela empresa Paranapanema", que desejariam a extinção das tribos indígenas da região para "liberar" o subsolo à exploração e pesquisa minerais.

— O que existe, no momento, é a elaboração no Brasil de um segundo Plano Cohen — disse Severo Gomes, fazendo alusão ao plano forjado, para dar pretexto ao golpe de estado de 1937. "Tudo era mentira, agora é a mesma coisa. Estão procurando justificativas, falsas, para liberar a exploração mineral", afirmou.

A Comissão para Criação do Parque Ianomami pretende uma reserva indígena de 13 milhões de hectares — o que equivaleria a aproximadamente o território do Estado de Pernambuco. Agindo como "intermediário" entre a comissão e o Palácio do Planalto, o senador não vê qualquer restrição ao tamanho almejado para reserva, e não poupa críticas ao ministro da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima: "Ele, em todas as declarações contra o parque, inclusive levantando suspeitas sobre a legalidade desse projeto, demonstrou apenas que não entende do

assunto. Ele deve passar tanto tempo no ar que não consegue aterrissar".

O senador Severo Gomes afirma estar à vontade para defender os interesses dos índios: "Não precisa conhecer o local ou ser índio, para perceber a importância de sua preservação. Eles são o nosso passado."

O próprio presidente José Sarney e o chefe do gabinete militar, Bayma Dennis, segundo Severo Gomes, garantiram a criação do parque. O senador, disse que os ianomâmis são 15 mil. "Mas, em território brasileiro, devem existir, no máximo, uns 8 mil", retifica, sem demonstrar embaraço ao fazer uma relação entre o número de habitantes e a extensão do território — quase 2 mil hectares por índio. "Essa área já tem um terço do espaço como reserva florestal, outra parte é acidentada e inadequada para a atividade permanente de agricultura", justifica.

A preocupação com a possibilidade de se formar uma área sujeita a controle internacional não passa de "besteira para enganar os trouxas e espantar a classe média paulista" — diz Severo Gomes, autor do projeto para criação do parque ianomami, de 1985, que espera ser submetido à votação há dois anos. Ele descarta, com firmeza, qualquer ligação entre os últimos conflitos entre índios e brancos em Roraima e a atuação da Comissão para Criação do Parque Ianomami. "Isso é invenção, besteira."